



O OLHAR PARA O(S) ESPAÇO(S): O GEGRÁFICO, O LITERÁRIO E O ESTADO-NAÇÃO BRASIL NO FIM DO SÉCULO 19

Robinson Santos Pinheiro
UFG – IESA – Goiânia, Doutorando em geografia
robinson22pinheiro@yahoo.com.br

Maria Geralda de Almeida
Professora da graduação e Pós da UFG/IESA
mgdealmeida@gmail.com

Resumo

Intenta-se contribuir com as discussões que incitam o reproblematicar os olhares dos geógrafos para o espaço. Espaço entendido enquanto lócus da diferença, por isso requerente de contatos “intimados” de interpretação. Em busca de compreender a espacialidade via a perspectiva de “intimar” o contato e aceitá-la na diferença, indica-se o diálogo entre a linguagem geográfica com a literária. Acredita-se que tanto a linguagem literária (aspectos subjetivos de apreensão do sistema-mundo) como a linguagem geográfica (conceitos – base “moderna”/científica - de interpretação do sistema-mundo) podem se enriquecer com o diálogo. Pensar pela perspectiva do diálogo permite superar determinadas posturas “colonizadoras” (materiais – imateriais) que não permitem que o espaço seja pensado em seu “sentido” plural. A título de exercitar esta relação dialógica, apresenta-se a discussão do Estado-Nação Brasil no fim do século 19 através do diálogo com a obra literária *Os Sertões* (publicada em 1902), escrita por Euclides da Cunha.

Palavras-chave: espaço, identidade, literatura, Estado-Nação Brasil.

Resumen

Se prepone en este artículo añadir a las discusiones de los científicos de la Geografía el tema del espacio, como *locus* de la diferencia y, por lo tanto, un concepto que conlleva la necesidad de contactos íntimos de la interpretación y de la comprensión. En la búsqueda de la comprensión de una tal 'espacialidad' desde la mirada de la necesidad del contacto más íntimo y para aceptarla en la diferencia, se sugiere en esta reflexión el diálogo entre dos modos de hablar: el de la geografía y de la literatura. Se presupone que las dos maneras de interpretar el mundo, sea la lengua de la literatura (con rasgos subjetivos de la aprehensión del mundo-sistema) o la lengua de la geografía con sus conceptos modernos/científicos

profundizan el diálogo que cambia más proficuo. Reflexionar desde la mirada del diálogo posibilita la superación de algunas actitudes del colonizador (materiales o simbólicas) que no posibilitan que el espacio sea percibido desde la pluralidad. El hacer de la práctica del diálogo, se propone aquí desde los análisis de la publicación de la obra de Euclides da Cunha (1902) - *Os Sertões* - y su modo de presentación del Brasil como Estado-Nación a finales del siglo XIX.

Palabras-clave: espacio, pluralidad, literatura, Estado-Nación, Brasil.

Abstract

The article intends to contribute to the discussions that problematize the geographers view for space. Space here understood as a place of the difference, so that needy of intimate contacts of interpretation and comprehension. In seek of the comprehension of spatiality by the perspective to become intimate the contact and accept it in the difference, it's suggested the dialogue between the geographic and literary languages. It's believed that in the literary language (subjective aspects of apprehension of the world-system) such as the geographic language (modern/scientific base-concepts of interpretation of world-system) can get richer with the dialogue. To think by the dialogue's perspective allows overcoming some colonizer attitudes (material or immaterial) that don't allow space to be thought in its plural way. In order to practice this dialogical relationship, it's presented Brazil Nation-State in the end of 19th century by the dialogue with the book *Os Sertões* (published in 1902), written by Euclides da Cunha.

Key-words: space, identity, literature, Brazil Nation-State.

O intuito é de contribuir com as discussões que incitam o reproblematicar os olhares dos geógrafos para o espaço. O espaço, aqui, é entendido como resultado das relações sociais que se imbricam e, assim, o (re)produz. Entretanto, há grupos sociais que se hegemonomizam no poder de ditar as perspectivas que o espaço deve tomar para conseguir ser civilizado, desenvolvido. Desta feita, o espaço acaba sendo constituído por resistências, exclusões, sombreamentos em prol de projetos societários que não, necessariamente, correspondem com os interesses da maioria social.

A geografia deve compreender este processo de constituição da espacialidade, entende-la via a perspectiva da diferença, não só a diferença espacial material, visível aos olhos, mas, também, a diferença produzida e reproduzida em discursos. Deve-se entender o espaço a partir das várias perspectivas analíticas que tentam interpretá-lo para ofertá-lo sentido de ser e estar. Aponta-se, na contemporaneidade, a necessidade de diálogo nos estudos geográficos. Aqui se suscita o diálogo entre a linguagem literária com a geográfica.

Para desenvolver o exposto, será discutida a formação do Estado-Nação Brasil no final do século 19. Mais especificamente, apresentar-se-á partes do resultado obtido com a pesquisa de doutorado realizada na Universidade Federal de Goiás - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Goiânia, GO, Brasil. Na tese, procura-se discutir o processo de identificação territorial nacional brasileiro a partir da obra literária *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, publicada em 1902.

O espaço, o literário e o geográfico: diálogo em torno do Estado-Nação Brasil no fim do século 19

[...] Come writer and critics / Who prophesize with your pen / And keep your eyes wide / The chance won't come again / And don't speak too soon / For the wheel's still in spin / And there's no tellin' who / That it's namin' / For the loser now / Will be later to win / For the times they are a-changin'¹ [...] (Bob Dylan, *The times they are a-changin'*, 1964).

A bela passagem de Bob Dylan, na música *The times they are a-changin'*, por analogia, faz pensar o atual processo de (re)estruturação/(re)organização sócio-espacial (econômica, política, cultural, ideológica etc.) contemporâneo. Soma-se a isso o sentimento (nem de todos) de compressão (sobreposição, justaposição etc.) temporal e espacial oriundo da (re)combinação dos elementos científicos, técnicos e informacionais². Harvey³ contribui para a discussão quando argumenta que associado à atual (re)estruturação/(re)organização sócio-espacial e às transformações técnicas, científicas e informacionais, houve mudanças no sistema de acumulação capitalista, quando se passou de um sistema de acumulação denominado *fordista* para uma economia de regime de acumulação *flexível* ou *pós-fordista*.

Conquanto, para o momento, estas reflexões iniciais direcionam o cogitar para o “papel” do pesquisador frente a estas “mudanças”. A discussão, nesse sentido, aponta para o entendimento da realidade a partir da postura analítica do pesquisador, compreendida, hoje, em momento de crise *paradigmática*⁴. Esse momento, de forma geral, é entendido no sentido de considerar que os padrões ofertados pelo “fazer” moderno⁵ científico não mais conseguem por si, nas ciências humanas, compreender a dinâmica de interação do homem com o mundo. A busca por um conhecimento generalizante e objetivo de determinada “porção” espacial, no atual cenário mundial, como em outrora – é claro, isto dependerá do interesse da pesquisa(dor) -, tornou-se “estranho”. Enfim, como conhecer uma determinada espacialidade se ela própria busca instrumentos (simbólicos ou não – dependendo do olhar) para se conhecer?⁶.

Cobra-se, assim, uma “nova”⁷ forma de pensar e significar a realidade, em que o subjetivo, em contraposição ao pensar moderno, seja valorizado. Com a valorização do subjetivo, nos estudos geográficos, a pesquisa muito pode se enriquecer devido ao fato de o pesquisador iniciar suas investigações dos processos espaciais (territorialização, reterritorialização, desterritorialização etc.) tendo como mediadores as significações que os homens constroem para se localizar e se orientar hodiernamente, materializadas através de um meio comunicacional (linguagens como: literatura, pintura, pichações, grafites, monumentos etc.). A discussão pode ser desenvolvida pela perspectiva do dialogismo⁸. Para a geografia, aponta-se que é de valia fazer com que a linguagem literária e a geográfica (caso seja necessário, para melhor compreender o objeto, pode-se evocar outras linguagens) dialoguem e, assim, contribuam para o entendimento do tema de pesquisa suscitado pelo pesquisador. Aqui, o tema circunscreve a interpretação e compreensão do processo de identificação do Estado-Nação Brasil em fins do século 19, respeitando/inserindo⁹ os diferentes “fios” (grupos sociais, concepções políticas etc.) que se articulam/rivalizam (in)conscientemente no dia-a-dia.

Engendrar parte dos diferentes discursos de sistematização/representação/invenção etc. da realidade pela perspectiva do diálogo científico com o literário pode contribuir para uma leitura/interpretação do real através da perspectiva dual (subjetiva e universal) de entendimento. A linguagem científica, por intermédio de seus conceitos, permite o entendimento dos elementos universais que se presentificam no viver cotidiano dos

indivíduos em sociedade. Seria, assim, a linguagem que ofertaria os padrões de entendimento das formas em que o sistema-mundo “se” (re)organiza.

Já a literatura seria a linguagem que representa o lado subjetivo de apreensão do sistema-mundo, em que o autor materializa sua forma de entendimento e de leitura das experiências espaciais e do grupo social a que se vê pertencente. Isso ocorre devido ao ato criador do artista ter seus limites frente à temporalidade e à espacialidade vivenciadas, o que Merleau-Ponty denomina como existência espacial¹⁰. Entende-se que tanto a literatura como a geografia se enriquecem a partir do diálogo. No que se refere aos estudos literários, compreende-se que a literatura irá além de uma apreciação “estética” da obra, pois, em muitas pesquisas, não se percebe os conflitos/contradições inerentes ao ato de produção de sentido à vida. Já a geografia poderá inserir a discussão do subjetivo em seus estudos “científicos”, entendendo de que maneira os “indivíduos”, no caso o artista, (re)significam sua relação com o mundo.

A título de exemplo a partir do proposto no título do presente artigo, destaca-se a seguinte indagação: De que maneira a concepção espacial presente na obra *Os Sertões* (cujo primeiro título, não adotado na edição definitiva, é *A nossa Vendéia*¹¹), publicado em 1902, pode auxiliar a pensar o processo de identificação territorial nacional no ontem?

O engenheiro militar/jornalista/literato¹² Euclides da Cunha¹³ foi enviado pelo antigo jornal *A Província de São Paulo*, atualmente denominado *O Estado de São Paulo*, para cobrir a Guerra de Canudos:

[...] foi convidado para fazer a cobertura jornalística de uma guerra que se desenrolava longe, nos sertões da Bahia, envolvendo, de um lado, o Exército republicano e, de outro, uma população pobre liderada por um beato que se recusava a aderir ao novo regime de governo instalado no país¹⁴.

O relato de Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, origina-se das matérias que supostamente colocavam os “interessados” do litoral, mais especificamente da hoje região Sudeste do país, frente às “barbáries” ocorridas no Sertão, durante a *Guerra de Canudos* (1896 - 1897)¹⁵. Entrementes, além de relatar/inventar o ocorrido, Euclides da Cunha buscou um olhar científico para o visto durante/depois¹⁶/antes seu contato com a espacialidade que o rodeava; sendo que este contato englobou os aspectos físicos, humanos e culturais. Em 1902, no momento em que antecede e no momento em que fora lançada a obra¹⁷, havia uma “diversidade” de grupos sociais que estavam (re)produzindo/inventando uma “ideia” de identidade nacional, sendo sua obra mais uma dos inúmeros trabalhos que aplicavam os modelos/“fórmulas” analíticas além mar para compreender nossa formação territorial¹⁸.

Euclides da Cunha, após seu processo de ida para cobrir a Guerra de Canudos, se vê modificado, transformado a partir do contato que estabeleceu com a espacialidade. Euclides da Cunha era Republicano, acreditava na hierarquia das raças e, amparado pelas interpretações das teorias de Spencer e de Darwin – evolucionismo -, tinha como diretriz do pensamento a crença de que as raças inferiores seriam dominadas pelas superiores. Ao regressar, Euclides da Cunha se deu conta: “[...] do grande engano, do equívoco que cometera ao interpretar aquela revolta como anti-republicana e conduzida por interesses estrangeiros”¹⁹. Assim, para ele, aquela espacialidade revela a influência do meio sobre o homem, das amarguras de uma vegetação que propicia a rebeldia. Exemplificador é o trecho do capítulo *Representante natural do meio em que nasceu*: “[...] De sorte que o espírito predisposto para a

rebeldia franca contra a ordem natural, cedeu à única reação de que era passível. Cristalizou num ambiente propício de erros e superstições comuns”²⁰.

Desta feita, para Veloso e Madeira²¹:

Os sertões revela um Brasil que o litoral desconhecia, um atraso de três séculos, terra ignota, seca e árida do sertão onde campeia uma sociedade rude, constituída por um tipo de mestiço forte, com características próprias. Aquela guerra era um movimento religioso e messiânico, que um ateu, como Euclides, teria grande dificuldade de compreender. Fanatismo, diagnosticou Euclides, dos sertanejos e do Exército republicano, ambos considerando-se partes de uma “guerra santa”.

Discutir o processo de identificação territorial nacional brasileiro a partir da obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, com a devida “fé”, permite entender um momento histórico no qual uma parcela da sociedade brasileira se articulava e rivalizava com outros grupos sociais (políticos, intelectuais, sociais, etc.) na construção/invenção/produção da identidade nacional brasileira, bem como compreender os estereótipos/padrões identitários generalizados para outros grupos pertencentes ao território brasileiro. Padrões estes arquitetados por uma camada de “privilegiados”²² que constantemente se alternavam tanto no poder estatal quanto na tentativa de formulação de uma, aquela altura, incipiente identidade do Brasil. Desta monta, silenciando/marginalizando/sombreando²³ uma camada massiva da população que constantemente era “obrigada” a conviver com as contradições, alegrias, tristezas, mentiras, verdades, sons, silêncios, imagens, cheiros etc. inerentes ao espaço que intelectuais, escritores, pintores, políticos, economicistas etc. da época não “conheciam”, pois tinham seus padrões investigativos não a partir da leitura da realidade que realmente experimentavam, mas, sim, de modelos/tipos experimentados em outras espacialidades, ditas superiores em seus atos e costumes.

Este é um dos grandes erros que envolvem a forma com que se interpreta/compreende/imagina o espaço. Parte-se de uma “visão” colonizadora. Com Euclides da Cunha não foi diferente, mesmo o literato tendo, como citado acima, modificado suas impressões acerca da espacialidade sertão a partir do contato “intimado” com aquele ambiente, Euclides da Cunha amparou seu discurso de compreensão do sertão tendo como mediadores seus valores, suas crenças no que é ser civilizador, moderno, desenvolvido, estruturando uma visão de sertão ou *sertões* através da colonização:

Assim, a partir dessa ótica de colonização é que o sertão se estrutura, tanto nos seus conceitos básicos quanto na sua efetivação dentro da literatura, para a qual valeu também, durante todo o seu tempo, essa ótica do colonizador – o ponto de vista distanciado, que enxerga o próximo como um outro desconhecido e impenetrável, rude, iletrado, que vive num mundo desordenado, fora da lei, porque ordenado, conhecido, civilizado e letrado é o mundo de quem enxerga a totalidade, de quem conquista e não se deixa conquistar, um mundo que enxerga e fala pelo colonizado²⁴.

Dessa forma, não se consegue, em geral, lidar com a diferença. Por conseguinte, não se compreende a realidade em sua diversidade. Considerando-a como de hierarquia social, elege-se aquilo que o modelo de acumulação ocidental “impôs” como padrão de desenvolvido/moderno. Como resultado, há um constante embate (em suas variadas escalas) “intimado” a aceitar, “incorporar” ou negociar etc. com aqueles que formulam “modelos” de espacialidades e temporalidades²⁵ diferenciadas. Nesse sentido, aponta-se a necessidade de adotar um olhar diferente para o espaço²⁶, incorporando a “diferença” em nossos olhares e preocupações²⁷, com isso, abrindo a possibilidade da construção/produção/invenção de

projetos coletivos²⁸ que visem à melhoria da sociedade; “melhor” no sentido de ser humanamente justa.

Teoricamente falando, apreender/entender e explicar o espaço, frente a sua complexidade/diferença, é uma tarefa difícil e que vai requerer dos “envolvidos” o compromisso de buscar entendê-lo e/ou explicá-lo a partir das diferenças (econômica, política, cultural, ideológica etc.) que se “imbricam” e, assim, (re)produzem a espacialidade. Esta forma de entendimento da espacialidade pode amenizar alguns conflitos que não permitem a consolidação de políticas/diretrizes que venham ao encontro da coletividade, pois, “[...] o modo como imaginamos o espaço tem seus efeitos”²⁹.

Segundo Massey³⁰, diante dos “fracassos” de leitura/imaginação espacial, hoje, cobra-se uma nova forma de olhar os processos espaciais, com isso, gerindo “uma nova política da espacialidade”. Que venha ao encontro de incluir a multiplicidade espacial e temporal que se (re)-produzem/constroem/inventam cotidianamente em diversos níveis escalares.

Discute-se, então, a possibilidade de uma leitura que seja pelo espaço, com isso, o aceitando enquanto produto(r) da trans-/inter-/intra-relação escalar socioespacial; nas palavras de Massey³¹: “Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade”. Entretanto, como é o corrente, a diversidade/multiplicidade territorial acaba por ser silenciada/marginalizada/sombreada pelos grupos sociais que se estabeleceram no “poder” espacial. Compreender/entender o espaço como “fruto” das inter-relações e do encontro do múltiplo/diverso é arguir que ele não se encontra parado no tempo, e sim participa de um contínuo processo. Esta constatação é a que mais conforta/acalanta as angústias de “pessoas” que se veem perdidas num mundo, no mínimo, “estranho”. Mundo em que a mente humana conseguiu alcançar grandes “feitos”, mas³², mesmo assim, milhões de indivíduos morrem de fome todos os anos. Hoje se discute sobre os, erroneamente, denominados problemas ambientais (os problemas são dos seres humanos), entretanto, temos a crença que o modelo de desenvolvimento ocidental é o certo e deve se impor perante todas as outras formas de organização social³³.

Este diálogo (geral) serve para dizer que: “Conceber o espaço como nas viagens de descobertas, como algo a ser atravessado e, talvez, conquistado, tem implicações específicas”³⁴. No que toca o entendimento da formação dos Estados-Nação moderno³⁵, este é um dos grandes erros que envolvem as formas que se pensa este tipo de organização/administração territorial. Indivíduos, respaldados pelos princípios modernos de organizar o pensamento, assumem o poder e iniciam o planejar caminhos que pudessem levar determinada sociedade ao progresso, ao desenvolvimento, à civilização. Acreditava-se que da mesma forma que o pensar moderno, a partir da Teoria da Mecânica de Newton, conseguia arquitetar leis que pudessem ser aplicadas para a compreensão da dinâmica da natureza - assim prevendo e induzindo possibilidade de ocorrências dos elementos naturais -, se poderia fazer o mesmo com a sociedade. Desta feita, teciam arcabouços teóricos que visavam a, nas palavras de Harvey³⁶:

[...] liberdade de escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas.

Pode-se, então, arguir que a forma de organização através do Estado antecede a Nação. O Estado buscava ser representante da Nação, mas, no máximo, era o representante dos grupos sociais que assumiam ou se consolidavam no poder de organização institucional. Cabe destacar que a ascensão de determinado grupo de poder não acontecia de forma harmônica, este processo era fruto de uma dinâmica conflituosa de grupos sociais que buscavam a manutenção ou a “posse” do poder Estatal. Como resultado, tem-se a consolidação de políticas que tinham por intuito formatar a “cara” da Nação a partir da seleção de elementos políticos, culturais, históricos, econômicos etc. oriundos das escolhas e “vontades” dos que assumiam a condição de administrador. O Estado, através dos indivíduos que o compõe, homogeneiza o território em prol do desenvolvimento; assim, determinados indivíduos, inseridos em “seus” respectivos grupos sociais, se veem disciplinados em seus fazeres diversos, tendo que se “ajeitarem” com as condições ditadas, através de leis, pelos “representantes” da Nação³⁷. Além de disciplinar o território interno, o estado também agia na consolidação de políticas de atuação internacional, ou seja, era o responsável por consolidar acordos econômicos, culturais, políticos com outros países.

No Brasil, o Estado também antecedeu a Nação. Schwarcz³⁸, demonstra que a criação/invenção de uma memória oficial do Brasil do Segundo Reinado ocorreu de forma com que a população não participasse. A autora demonstrou como que o papel de arquitetar uma memória oficial ficou destinado ao IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – fundado em 1938) e a Academia Imperial de Belas Artes; estas tinham por missão: “[...] ‘inventar um passado’, recuperar o presente e associar uma certa ‘aparência a uma essência’: um Estado idealizado por meio de seu soberano e de suas instituições quase ausentes”³⁹. Cabe lembrar que o Estado, representado na figura do D. Pedro II, a partir de 1840, entrava com 75% da receita do IHGB. Segundo Schwarcz⁴⁰:

A participação do imperador não era apenas financeira. Através do financiamento direto, do incentivo ou do auxílio a poetas, músicos, pintores e cientistas, D. Pedro II imiscuia-se em um grande projeto, que implicava não só o fortalecimento da Monarquia e do Estado, como a própria unificação nacional, que seria obrigatoriamente uma unificação cultural.

Neste momento, a constituição da identidade nacional, impulsionada pelo movimento estético, intelectual do romantismo, foi, segundo Veloso, Madeira⁴¹, dada por intermédio da idealização do passado enquanto heróico, valorização do índio, concepção de natureza exuberante, grandiosa – o paraíso terrestre. Já no fim do século 19, com o Brasil orquestrado pelo regime político republicano (1889), a busca por um caráter identitário nacional permanece. Diante disso, os republicanos buscavam tecer normas/leis que pudessem legitimar o governo recém instalado e conferir um caráter de Nação ao território Brasil. Era necessário criar uma identidade em que as diferenças econômicas, políticas, religiosas e culturais fossem unificadas em prol de um único propósito: alcançar o progresso⁴².

Na obra literária *Os Sertões*, escrita pelo republicano Euclides da Cunha, tem-se um exemplo do papel aniquilador das diferenças ideológicas que o estado recém instalado adotava. O romance retrata como várias investidas militares buscaram eliminar a cidade de Canudos, no sertão da Bahia, comandada por Antonio Conselheiro. Este, Conselheiro, era favorável a monarquia, e tinha como princípio a defesa da moralidade religiosa, atrelada aos princípios monárquicos. Antonio Conselheiro via com muito pesar a consolidação do casamento civil e a cobrança de impostos que nada faziam ou contribuía para a população assolada pelas intempéries do ambiente vivido – seca – e pela não intervenção das autoridades administrativas. Com o passar do tempo, praticamente 25 anos de caminhada pelo sertão nordestino, consertando cemitérios, arrumando igrejas, auxiliando na construção de outras –

sem cobrar pelos serviços -, Conselheiro era visto como um santo homem na Terra. Diante disso, inúmeros sertanejos o seguiam, desde pobres camponeses, comerciantes a bandidos, jagunços.

Os seguidores de Conselheiro se colocavam muito fiéis a ele, exemplificador é o subcapítulo (Retrato do Conselheiro), do citado romance. Neste é evidenciado uma passagem em que dois Freires, a mando do Arcebispo da Bahia, vão a Canudos para instalarem uma missão que tinha por intuito aconselhar os moradores de Canudos a irem de volta para suas casas, seus trabalhos (Esta passagem é retirada do relatório do Frei Monte-Marciano, um dos responsáveis por tal missão⁴³). Os Freires caminham com Conselheiro acompanhados por uma dúzia de devotos que os seguiam. Ao arguirem do interesse que os traziam a Canudos para Conselheiro, já escutam uma voz ao fundo: “Nós queremos acompanhar o nosso Conselheiro!”⁴⁴. O relatório segue dizendo da resposta de Conselheiro sobre a quantidade de homens armados num acampamento que se diz Cristão:

É para minha guarda que tenho comigo estes homens armados, porque V. Rvma. há de saber que a polícia atacou-me e quis matar-me no lugar chamado Massete, onde houve mortes de um e outro lado. No tempo da monarquia deixei-me prender, porque reconhecia o governo, hoje não, porque não reconheço a República⁴⁵.

Termina o Relatório dizendo que foram expulsos de Canudos, tiveram que sair fugidos, pois um dos Freires ousou questionar, em um Sermão, a doutrina praticada por Conselheiro. Como resposta obteve, em um coro descompassado: “V. Rvma. é que tem uma falsa doutrina e não o nosso conselheiro!”⁴⁶. De pronto o governo estadual e o governo Federal uniram forças para promover o fim daquele movimento que se colocava contra a República. Euclides da Cunha, com o passar do tempo e sua ida a campo naquela região, como já destacado no texto, percebeu que eram três séculos que separavam o povo do sertão e do litoral. Só por isso os sertanejos acabavam sendo levados por projetos anômalos com os padrões atuais de civilização, mas, mesmo assim, a intervenção republicana se fazia importante:

Acima do desequilibrado que a dirigia estava toda uma sociedade de retardatários. O ambiente moral dos sertões favorecia o contágio e o alastramento da nevrose. A desordem, local ainda, podia ser núcleo de uma conflagração em todo o interior do norte. De sorte que a intervenção federal exprimia o significado superior dos próprios princípios federativos: era a colaboração dos Estados numa questão que interessava não já à Bahia, mas o país inteiro⁴⁷.

O Estado, em busca de consolidar o poder, viu como importante reprimir aquele movimento, isto para tentar impedir outros possíveis levantes sociais que buscassem a autonomia perante a República. Não buscaram entender o que fazia aquele movimento se constituir, apenas intuíram que era um levante simples e puro contra o governo instalado, e que, diante desta superficial constatação, a ação deveria ser o extermínio. Uma prática colonizadora comum a constituição do Estado moderno – disciplinador.

Como desenvolvimento da discussão acima apresentada, evidencia-se a importância de se adotar a postura de diálogo no entendimento da espacialidade. Isto no que toca a gerência Estatal como nos trabalhos dos pesquisadores geográficos. No caso deste texto, opta-se em demonstrar que a linguagem literária, através do diálogo com a linguagem geográfica e outras taxionomias, pode auxiliar no entendimento/interpretação da produção/invenção/construção espacial, assim, contribuindo com perspectivas outras de interpretação/imaginação espacial do ontem, do hoje e do amanhã. Os pesquisadores devem contribuir com a superação da hierarquia dos olhares e, desta feita, construir um efetivo dialogismo⁴⁸ nas pesquisas como olhares hodiernos para a espacialidade; fazer com que as “diferentes” linguagens dialoguem e, como resultado, permitam, ao pesquisador ou ao transeunte, o maior entendimento da

produção de determinada espacialidade, pensando-a via a perspectiva da/pela/para (a) diferença: “[...] interesse por uma relação dialógica reside na sua vontade de reconhecer o outro enquanto outro, isto é, na recusa de transformá-lo em objeto, de ‘homologá-lo’”⁴⁹.

Considerações finais

Eu canto os cães calamitosos, quer os que vagam, solitários, nos córregos sinuosos das cidades imensas, quer os que disseram ao homem abandonado, piscando os olhos maliciosos: “Leve-me com você, e com nossas duas misérias talvez possamos criar alguma espécie de felicidade!”⁵⁰.

O Estado-Nação, no fim do século 19, apresenta-se via o disciplinamento dos corpos/grupos sociais. A diversidade de organização política, econômica, cultural deve se subsumir em relação aos interesses dos que assumiam a condição de dizer como deveria ser e quais caminhos tomar para o território nacional conseguir alcançar o desenvolvimento, notoriamente, o respaldado nos princípios europeus. No Brasil, como intersubjetivamente generalizado a outros Estados-Nação, pode-se arguir que há três características do Estado-Nação: 1) Parcialidade; 2) Efemeridade; 3) O Estado antecede a Nação.

Estas características atrelam-se a própria formação do espaço. Este, o espaço, é oriundo da dinâmica conflituosa dos diferentes grupos sociais que interagem e, assim, (re)produz processos de resistência, negação, subjugação, eliminação do “outro”. Diante disso, a parcialidade é inerente ao estado, pois, por ser fruto de determinado grupo social que conseguia alcançar o poder institucional, representa o interesse, a visão de mundo destes em detrimento de outros projetos de organização social. A efemeridade é oriunda do próprio conflito, já que há um constante embate em assumir o “poder” para consolidar suas visões de mundo; desta feita, em determinado momento, a organização social modifica-se para atender parcela ou total reivindicação de determinado grupo social ou pode haver a troca do grupo social legitimador das ações do Estado. Já o Estado anteceder a nação sucede das leis/normas virem de cima para baixo, elucubrações teóricas idiossincráticas que pouco dialogavam com as necessidades, sofrimentos, sonhos etc. de quem cotidianamente vivia no espaço pensado.

Enfim, cabe ao geógrafo procurar ouvir as vozes que foram colocadas numa terceira margem e que, diante disso, são esquecidas ou não “respeitadas” durante o processo de identificação do Estado-Nação Brasil. No presente texto, incitou-se que o pesquisador tenha a “prática” de, ao compreender determinado fenômeno socioespacial, sempre pensar os enganos, mentiras, verdades etc. que envolveram a formação discursiva - material. Enfim, encontrar o lugar dos sujeitos e dos símbolos que foram/são forçados a não ter(em) “lugar”, aparentando, portanto, não possuir/possuírem uma escala física ou imaginária de manifestação no território.

Notas

¹ [...] Venham escritores e críticos / Que profetizam com sua caneta / E mantenham seus olhos abertos / A chance não virá novamente / E não falem tão cedo / Pois a roda ainda está girando / E não há como dizer / Quem será nomeado / Pois o perdedor de agora / Mais tarde vencerá / Pois os tempos estão mudando [...]. (Tradução livre).

² Santos, 1997.

³ 2007.

⁴ Tanto hoje como outrora. Ou seja, a ciência, em vários momentos, passou por crises paradigmáticas, cobrando, assim, do pesquisador o “aventurar-se” sobre a realidade e as diversas possibilidades teóricas para melhor compreender a construção/invenção da espacialidade que se apresenta aos seus olhos com suas variegadas inter-

relações escalares; como, também, o melhor se compreender dentro desse(s) processo(s). Cita-se como referência, para auxiliar na interpretação/compreensão desta discussão nos estudos geográficos, Amorim Filho (2007).

⁵ Segundo Habermas (Apud. HARVEY, 2007), surge no século XVIII. Para o maior aprofundamento do assunto, ver: Berman (1986).

⁶ Ver: Santos (1989).

⁷ Que, na verdade, não é tão novo assim. Para quem tiver interesse sobre o assunto, ver: Monteiro (2002); Brosseau (2007a; 2007b); Pinheiro (2009a; 2009b, 2010); Sahr (2009); Almeida (2009).

⁸ Bakhtin, 1988.

⁹ Nem todos os “fios”, pois todo discurso é parcial e limitado, o diálogo entre eles pode diminuir tais limites, mas não dissolvê-los. Ver Ferrara (2007).

¹⁰ “Dissemos que o espaço é existencial; poderíamos dizer da mesma maneira que a existência é espacial, quer dizer, que por uma necessidade interior ela se abre a um ‘fora’, a tal ponto que se pode falar de um espaço mental e de um ‘mundo das significações’ e dos objetos de pensamento que nelas se constituem” (MERLEAU-PONTY, 1996, p. 393).

¹¹ Uma das mais sangrentas guerras civil da França. Foi um levante de descontentamento por parte dos camponeses da região de *Vendéia*, devido algumas diretrizes que o governo Republicano, logo após a Revolução Francesa, tomara. No caso, estava em discussão a não vontade, por parte dos camponeses da referida região, de serem “alistados/recrutados” a participarem de guerras pró defesa o Governo Republicano que acabava de se instalar.

¹² Euclides da Cunha é formado em Engenharia Militar. Entretanto, como acontece com muitos, com o passar do tempo, arriscou-se em outras atividades.

¹³ Nasceu em 1866, no Cantagalo, RJ, vindo a falecer no ano de 1909, resultado de uma troca de tiros, segundo os biógrafos euclidianos, com o amante de sua esposa.

¹⁴ Duarte apud. Abreu, 1998, p.12.

¹⁵ A Guerra de Canudos foi o confronto direto dos representantes do governo recém instalado (republicano) contra um grupo de “sertanejos”, localizados em Canudos, Bahia, liderados por Antônio Vicente Mendes Maciel (denominado como *O Conselheiro*), que estavam descontentes socialmente como espiritualmente com o governo instalado. Para compreender este momento histórico, cabe seguir o “conselho” que Cunha (1967, p. 131) passa aos seus leitores (historiadores), ele diz que: “[...] o historiador só pode avaliar a atitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou”. Esta forma analítica estende para a compreensão do próprio Euclides da Cunha, interpretar seus olhares – significações – espaciais a partir da sua escrita (linguagem – discurso) no *Os Sertões*, respeitando e buscando interpretar, através de outras linguagens, a psicologia que criou o autor do referido romance historiográfico.

¹⁶ Segundo Madeira e Veloso (1999, p. 86): “De volta ao Rio de Janeiro, Euclides é chamado para construir uma ponte em São José do Rio Pardo (SP), e durante esse retiro, nos momentos de folga, empreendeu a escrita de *Os sertões*”.

¹⁷ Com um surpreendente sucesso de crítica e de venda – Ver: Abreu, 1998, p. 169-171.

¹⁸ Sobre o assunto, ver: Schwarcz (1993); Naxara (1998); Vidal e Souza (1997).

¹⁹ Veloso, Madeira, 1999, p. 86.

²⁰ Cunha, 1967, p. 135.

²¹ 1999, p. 86 -87.

²² Ver: Lejeune (2008).

²³ Sobre a questão da produção da identidade nacional via os sombreamentos que constantemente são (re)produzidos, ver: Brandão (2005).

²⁴ Vicentini, 1998, p. 46.

²⁵ Em Santos (2007b), encontra-se um exemplo interessante para se pensar o exposto de forma mais contemporânea. Na Colômbia, a porção espacial correspondente a Sierra Nevada de Santa Marta, habitada pelos U’was, acabava de entrar nos interesses de extração/exploração do petróleo, contudo, os habitantes desta localidade não queriam que isso acontecesse, pois a terra é vida e o petróleo é o sangue que permite a sua sobrevivência. Se as explorações tivessem início, os indígenas, em coletividade, iriam se suicidar, um ministro fora encaminhado para resolver a “peleja”. Chega de helicóptero, logo se reúne e inicia sua fala explicativa, os *taitas* (líderes) ficavam quietos, ouvindo. O Ministro os questiona: - não vão falar nada? Um responde: - temos que consultar os deuses. - Consulte-os; essa é a resposta do ministro. O que iniciou o falar por parte dos *taitas* continua: - isso vai depender da lua. O ministro indignado diz que o helicóptero não tem luz o suficiente e não pode ficar. “[...] E, claro, no dia seguinte os jornais de Bogotá diziam: ‘os *taitas* não querem falar com o ministro’. Queriam falar, sim, mas em seu tempo... Então a ecologia das temporalidades é, a meu ver, imprescindível” (SANTOS, 2007b, p. 35). Vale acrescentar a importância de sabermos “olhar”, também, a espacialidade, que jamais se viu separada da temporalidade, pois são concomitantes.

-
- ²⁶ Massey, 2008.
- ²⁷ Ou, interpretando Hall (2009), dever-se-á praticar uma visão integradora. Que busque englobar a diversidade de grupos sociais/dilemas ambientais/etnias/culturas etc. que se imbricam no ato cristão ou animal de (re)produção da vida hodierna.
- ²⁸ Ver: Eagleton (2005); principalmente o primeiro capítulo: *A política da amnésia*.
- ²⁹ Massey, 2008, p. 22.
- ³⁰ 2008, p. 28.
- ³¹ 2008, p. 29.
- ³² “A promessa da dominação da natureza, e do seu uso para o benefício comum da humanidade, conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, à catástrofe ecológica, à ameaça nuclear, à destruição da camada de ozônio, e à emergência da biotecnologia, da engenharia genética e da conseqüente conversão do corpo humano em mercadoria última. A promessa de uma paz perpétua, baseado no comércio, na racionalização científica dos processos de decisão e das instituições, levou ao desenvolvimento tecnológico da guerra e ao aumento sem precedentes do seu poder destrutivo. A promessa de uma sociedade mais justa e livre, assente na criação da riqueza tornada possível pela conversão da ciência em força produtiva, conduziu à espoliação do chamado Terceiro Mundo e a um abismo cada vez maior entre o Norte e o Sul. Neste século morreu mais gente de fome do que em qualquer dos séculos anteriores, e mesmo nos países mais desenvolvidos continua a subir a percentagem dos socialmente excluídos, aqueles que vivem abaixo do nível de pobreza” (SANTOS, 2007a, p. 56).
- ³³ Santos, 2007b.
- ³⁴ Massey, 2008, p. 22.
- ³⁵ Segundo Font, Ruff, 2006, p. 98, “surge” no século 17.
- ³⁶ 2007, p. 23.
- ³⁷ Como exemplo, ver/rememorar nota de rodapé 25.
- ³⁸ 2003.
- ³⁹ Schwarcz, 2003, p. 353.
- ⁴⁰ 2003, p. 358.
- ⁴¹ 1999, p. 73.
- ⁴² Ver Schwarz, 1993.
- ⁴³ Cunha, 1967, pgs. 185 a 189.
- ⁴⁴ Cunha, 1967, p. 186.
- ⁴⁵ Cunha, 1967, p. 187.
- ⁴⁶ Cunha, 1967, p. 187.
- ⁴⁷ Cunha, 1967, p. 219.
- ⁴⁸ Bakhtin, 1988.
- ⁴⁹ Brosseau, 2007b, p. 81 – 82.
- ⁵⁰ Baudelaire, 2010, p. 237.

Bibliografia

- ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1998.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Geografia cultural: contemporaneidade. In: MENDONÇA, Francisco. et. al. (eds.). *Espaço e tempo: complexidade e desafio do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba, PR.: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009, p. 243–259.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A pluralidade da geografia e a necessidade das abordagens culturais. In: KOZEL, Salete; et. al. (eds.). *Da percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista*. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007, p. 15 – 35.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e Estética*. São Paulo: Hucitec, Ed. UNESP, 1988.
- BAUDELAIRE, Charles. Os bons cães. In: BAUDELAIRE, Charles. *Pequenos poemas em prosa* (O spleen de Paris). Trad. Dorothee de Bruchard. São Paulo: Hedra, 2010.

-
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRAIT, Beth (ed.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2005.
- BRANDÃO, Luis Alberto. *Grafias de identidade: literatura contemporânea e imaginário nacional*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Lamparina editora/Fale (UFMG), 2005.
- BROSSEAU, Marc. Geografia e literatura. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. *Literatura, música e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007^a, p. 17 – 77.
- BROSSEAU, Marc. O romance: outro sujeito para a geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. *Literatura, música e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007b.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Coleção da Edições de Ouro dos Clássicos Brasileiros, 1967.
- EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Trad. Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *Leitura sem palavras*. São Paulo: Ática, 2007.
- FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo: Annablume, 2006.
- GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Trad. Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- GRONDIN, Jean. *Introdução à hermenêutica filosófica*. Trad. Benno Dischinger. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999.
- HALL, Stuart. Da diáspora: identidade e mediações culturais. LOVIK, Liv (Org.); Trad. Adelaine La Guardia Resende [et al]. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 16. ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2007.
- JAUSS, Hans Robert, [et al]. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Coord. e trad. De Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: por uma nova política da espacialidade*. Trad. Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870 / 1920*. São Paulo: Annablume, 1998.
- PINHEIRO, Robinson Santos, FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. Linguagem geográfica e literária: apontamentos acerca da construção da identidade territorial sul-mato-grossense. *Raído: revista do programa de Pós-graduação em Letras da UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados*, 2009a, vol. 3, nº 5, p. 87-101.
- PINHEIRO, Robinson Santos, FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. O Dom Nacional: Diálogo em torno da identidade nacional. *Terra Livre*, 2009b, vol. 1, nº 32, p. 63-75.
- PINHEIRO, Robinson Santos. *Geografia e literatura: diálogo entorno da construção da identidade territorial sul-mato-grossense*. Dissertação dirigida por Claudio Benito Oliveira Ferraz. Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2010. 128 p.
- RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- SAHR, Wof-Dietrich. Portos e sertões – reflexões sobre uma geografia cultural à la bresilienne. In: MENDONÇA, Francisco. et. al. (eds.). *Espaço e tempo: complexidade e*

desafio do pensar e do fazer geográfico. Curitiba, PR.: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009, p. 261 – 288.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Trad. Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007b.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Estado sem nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado. In: NOVAES, Adauto (ed.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 349-394.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. *Leituras Brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

VIDAL e SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: UFG, 1997.

VICENTINI, Albertina. O sertão e a literatura. *Sociedade e Cultura*, 1998, vol. 1, nº 1, p. 41-54.